

Endividados aderem ao esquema de conversão

ECONOMIA • 39

MÔNICA MAGNAVITA

A conversão da dívida externa em investimento de risco é uma estratégia que está seduzindo os países em desenvolvimento, às voltas com uma das maiores crises de endividamento da história. Tanto que, nos últimos dois anos, nada menos que três deles, México, Filipinas e Chile (sem falar no recente programa argentino), regulamentaram esta política de conversão.

O Brasil também tem a sua, mas diante do insucesso das operações (de 1976 até o ano passado só foram convertidos cerca de US\$ 3 bilhões (mais ou menos o que o Governo espera alcançar em um ano, daqui para frente), e do impasse nas negociações da dívida, o Governo decidiu substituí-lo por um outro: mais flexível, ao estilo chileno, e menos burocrático do que o mexicano.

No México, segundo um levantamento feito pela Superintendente de Desenvolvimento de Mercado da Comissão de Valores Mobiliários, Elizabeth Garbayo, o programa implantado em agosto do ano passado conseguiu trazer para o País até agora cerca de US\$ 1,2 bilhão, 2,2% da dívida mexicana, que é de US\$ 55 bilhões, com vencimento entre 1982 a 1990. Este prazo foi aumentado com a conversão.

O programa proíbe a operação para mexicanos, assim, só investidores estrangeiros podem comprar as dívidas do país. O que mais agrada aos credores é a ausência de carência para a remessa de lucros e dividendos, embora no setor público esta transferência esteja limitada a 9% ao ano,

nos três primeiros anos. No setor privado há total liberdade.

Mas, dependendo do segmento, as conversões são feitas com um desconto de até 25%. Nas áreas definidas pelo Governo como prioritárias, a operação é realizada pelo seu valor nominal, ou seja, para cada dólar convertido é abatido um valor igual nos créditos. Nos outros setores, o Governo se apropria de parte do deságio, cujo percentual varia de acordo com os interesses do País. Mas em todos eles, o prazo de permanência do capital é de 12 anos, menor portanto do que o projeto brasileiro, que prevê um período de 14 anos.

Este trabalho, segundo Elizabeth, serviu de base para o projeto feito pela CVM e encaminhado ao Ministério da Fazenda, para servir de subsídios ao plano final do Governo. Ela considerou o programa mexicano muito complicado, tem sete mecanismos diferentes de acordos, ainda que mais liberal do que o brasileiro. Lá, o Governo permite a cessão dos créditos em poder do banco estrangeiro à outra empresa no exterior, por um valor negociado entre eles. Esta operação implica uma renegociação dos investimentos.

As Filipinas têm o programa mais simples, segundo Elizabeth, mas os resultados são inferiores aos mexicanos. Desde sua adoção em 1986, já foram convertidos US\$ 400 milhões, 1,5% da dívida total, que é de US\$ 27 bilhões, sendo que 60% do setor público. Qualquer pessoa física ou jurídica, pode fazer a conversão e para isso, basta apresentar a proposta no Banco Central e fechar a transação em no máximo 60 dias. Ela é feita em pesos filipinos, à taxa de câmbio do dia e pelo seu valor nominal.